

15 de dezembro de 2017

Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2016

Educação e formação de adultos em Portugal: retrato estatístico de uma década

Na década 2007-2016, a taxa de participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida (ALV) aumentou cerca de 20 pontos percentuais (p.p.), passando de 30,9% para 50,2% e abrangendo 2,1 e 3,2 milhões de pessoas, respetivamente. Este aumento ficou a dever-se sobretudo à participação em educação não formal, que duplicou entre 2007 e 2016 (passou de 23,1% para 45,2%).

As atividades de educação não formal foram maioritariamente relacionadas com a atividade profissional.

A participação da população adulta em atividades de aprendizagem informal generalizou-se, tendo mais do que duplicado na década em análise (passou de 40,8% para 89,4%).

Em 2016, mais de 70% da população adulta conhecia pelo menos uma língua estrangeira, tendo esta proporção aumentado 19,8 p.p. face a 2007. O inglês era a língua estrangeira mais conhecida.

Os prémios salariais são crescentes com o nível de escolaridade, mas menores em 2016 do que em 2011.

A associação entre o nível de escolaridade dos pais e dos filhos – transmissão intergeracional da educação – é particularmente forte no caso das mães.

O Instituto Nacional de Estatística divulga os resultados do Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) 2016, terceira edição desta operação estatística (na sequência das edições de 2007 e 2011), realizada em todos os Estados-Membros da União Europeia (UE-28). Esta divulgação inclui um [estudo](#) comparativo dos resultados entre 2007 e 2016 para o âmbito etário comum (população dos 18 aos 64 anos) e um conjunto de indicadores que retratam a evolução em matéria de educação, formação e aprendizagem de adultos entre 2007 e 2016, disponibilizados no Portal do INE (www.ine.pt).

O que se alterou em 10 anos em termos da participação da população adulta em educação e formação? Que alterações ocorreram no conhecimento de línguas estrangeiras? Que impactos têm a educação e formação na vida das pessoas, designadamente no seu rendimento? Quais os efeitos da escolaridade dos pais na trajetória de educação dos filhos? Estas são algumas das questões que orientam a análise dos resultados.

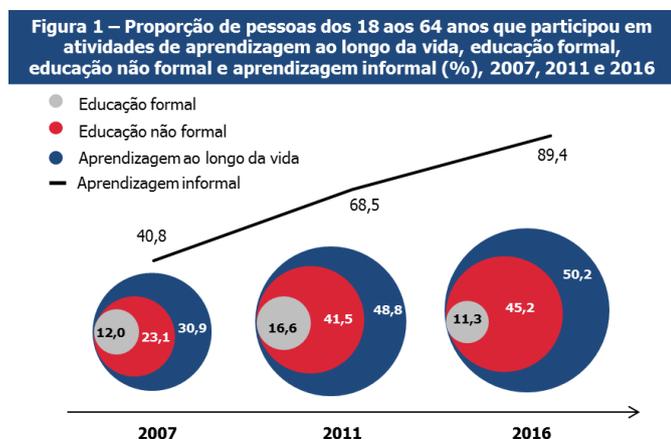
1. Aprendizagem ao longo da vida: educação formal e não formal

A participação em atividades de aprendizagem ao longo da vida aumentou cerca de 20 p.p. na década 2007-2016

O conceito de aprendizagem ao longo da vida (ALV) compreende a participação em alguma atividade de educação formal – ministrada em instituições de educação, conducente a um nível de escolaridade – ou não formal – atividade organizada de formação, profissional ou outra, numa dada área de

competências, mas que não equivale a um nível de escolaridade.

Entre 2007 e 2016 registou-se um aumento de 19,3 p.p. na proporção de pessoas que participou em atividades de ALV: era 30,9% em 2007 e 50,2% em 2016, tendo abrangido 2,1 e 3,2 milhões de pessoas, respetivamente.



Fonte: INE, Inquérito à Educação e Formação de Adultos, 2007, 2011 e 2016.

Para o aumento da importância relativa da ALV contribuiu, em maior medida, a participação em educação não formal, cuja proporção duplicou, passando de 23,1% em 2007 para 45,2% em 2016 (mais 22,1 p.p.).

Em 2016, a grande maioria dos participantes em atividades de educação não formal referiu que pelo menos uma das atividades realizadas se relacionava com a atividade profissional (86,4%).

Relativamente à participação em educação formal, depois de um aumento entre 2007 e 2011 (de 12,0% para 16,6%), registou-se um decréscimo em 2016 (para 11,3%).

Em 2016, aproximadamente dois terços (65,7%) das pessoas que participaram em educação formal fizeram-no no ensino superior e 29,9% no ensino secundário ou pós-secundário.

Em 2016, as taxas de participação em atividades de ALV mais elevadas registaram-se na Área Metropolitana de Lisboa e na região Centro (56,1% e 52,9%, respetivamente), na população mais jovem (80,7% das pessoas dos 18 aos 24 anos), nos mais escolarizados (72,6% da população com ensino superior), nos estudantes (98,1%), nos grupos profissionais mais qualificados (76,1%) e na população com hábitos de leitura de livros (60,9%) e de jornais (56,0%).

No entanto, a análise da década evidencia maiores aumentos na taxa de participação em ALV noutras regiões e noutros grupos populacionais, nomeadamente:

- A Região Autónoma da Madeira registou o maior acréscimo de participação em ALV da década, aumentando 25,0 p.p. em 10 anos: passou de 19,9% em 2007 para 44,9% em 2016.
- Os homens registaram um aumento de 20,4 p.p. entre 2007 e 2016 (passando de 31,1% para 51,5%), enquanto as mulheres registaram um aumento de 18,3 p.p. no mesmo período (passando de 30,7% para 49,0%).
- As pessoas do grupo dos 35 aos 44 anos registaram o maior aumento na década (25,4 p.p.).
- Em termos de escolaridade, os maiores aumentos entre 2007 e 2016 observaram-se para quem tinha níveis de escolaridade mais baixos (19,9 p.p. para a população que não tinha qualquer nível de escolaridade completo).

- Segundo a condição perante o trabalho, o maior aumento relativo na participação em ALV ao longo da década 2007-2016 observou-se para a população empregada (23,4 p.p.).

Portugal foi o país da UE em que mais aumentou a participação em ALV entre 2007 e 2016.

2. Aprendizagem informal

A participação em atividades de aprendizagem informal generalizou-se

A aprendizagem informal decorre das atividades da vida quotidiana relacionadas com o trabalho, a família, a vida social ou o lazer, numa base de autoaprendizagem, mas com um intenção deliberada de aprender. Este tipo de atividades distingue-se das anteriores – educação formal e não formal – por não envolver um professor, monitor ou equivalente, e sobretudo pelo seu carácter intrinsecamente individual, voluntário e auto-organizado.

Entre 2007 e 2016, a participação em atividades de aprendizagem informal mais do que duplicou, alcançando 5,7 milhões de pessoas em 2016 (eram 2,8 milhões em 2007). A proporção de indivíduos dos 18 aos 64 anos que participou em atividades de aprendizagem informal aumentou naquele período 48,6 p.p., passando de 40,8% em 2007 para 89,4% em 2016.

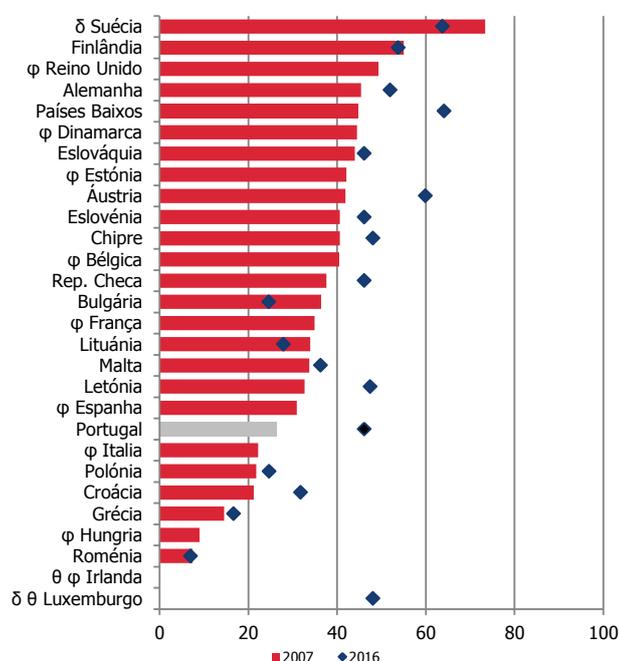
3. Conhecimento de línguas estrangeiras

Mais de 70% da população conhecia pelo menos uma língua estrangeira

Em 2016, 71,8% das pessoas com idade dos 18 aos 64 anos afirmaram conhecer outra língua para além da língua materna. Em 2007 aquela proporção era de 52,0% e em 2011 de 61,3%.

Quanto às línguas estrangeiras mais conhecidas, destacam-se o inglês, para 59,6% da população que conhecia outra língua para além da materna, o francês (21,5%) e o espanhol (14,8%). Isolando o inglês, contacta-se que 33,8% de quem conhecia esta língua conseguia perceber e comunicar razoavelmente e produzir textos simples e 25,6% dominavam-na perfeitamente (na forma oral e escrita).

Gráfico 1: Proporção de pessoas com idade dos 25 aos 64 anos que conhece pelo menos uma língua para além da materna (%), Portugal e UE-28, 2007 e 2016



Notas:

- δ Quebra de série em 2016.
- θ Dados não disponíveis para 2007.
- φ Dados não disponíveis para 2016.

O conhecimento de línguas estrangeiras era mais elevado para a população mais jovem (91,6% da população dos 18 aos 24 anos), estudante (97,7%) e mais escolarizada (97,4% para a população com ensino superior).

Em 2016, Portugal ocupava uma posição intermédia no conjunto dos países europeus em termos de conhecimento de línguas estrangeiras e foi aquele que mais aumentou a proporção de população com conhecimento de línguas estrangeiras (20,3 p.p.) entre 2007 e 2016.

4. Não participação em educação, formação e aprendizagem

Os adultos não participantes em educação formal, não formal e aprendizagem informal diminuíram consideravelmente na década em análise

A taxa de não participação em qualquer atividade de educação, formação e aprendizagem diminuiu 40,0 p.p. na década observada: em 2007 os não participantes eram 48,2% reduzindo-se para 8,2% em 2016.

Ao longo da década, o perfil sociodemográfico dos não participantes manteve-se: são as pessoas mais velhas, menos escolarizadas e com progenitores igualmente menos escolarizados, inativos (excluindo os estudantes), que conhecem apenas a língua materna e com hábitos de leitura (de livros ou jornais) inexistentes ou pouco regulares as que registam taxas de não participação mais elevadas.

Porém, a redução da não participação foi mais expressiva nos mais velhos, nos menos escolarizados e nos inativos não estudantes (diminuíram a não participação em 53,2 p.p., 59,2 p.p. e 52,5 p.p., respetivamente).

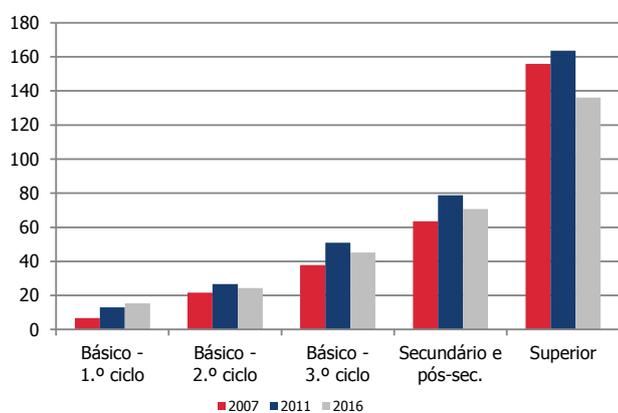
5. Prémios salariais da educação

Prémios salariais crescentes com o nível de educação, mas menores em 2016 do que em 2011

Os prémios salariais são crescentes com o nível de escolaridade, sendo de 15% para quem completou o 1.º ciclo, 71% para uma pessoa que completou o

ensino secundário ou pós-secundário e 136% (mais do dobro) para uma pessoa que completou o ensino superior (em comparação com o rendimento salarial de uma pessoa que não completou qualquer nível de escolaridade).

Gráfico 2: Prémio salarial (%) de um trabalhador por conta de outrem a tempo completo por nível de escolaridade mais elevado completo



Em 2016 assistiu-se a um decréscimo generalizado dos prémios salariais, sobretudo no do ensino superior. Neste caso, o prémio salarial situou-se até abaixo do que tinha sido observado em 2007, ao contrário do sucedido para os restantes níveis de escolaridade, o que poderá estar associado ao forte acréscimo no número de pessoas que completaram o ensino superior nos últimos anos.

A participação em educação não formal contribuiu para acréscimos salariais, mas menos notórios do que no nível de escolaridade completo (educação formal).

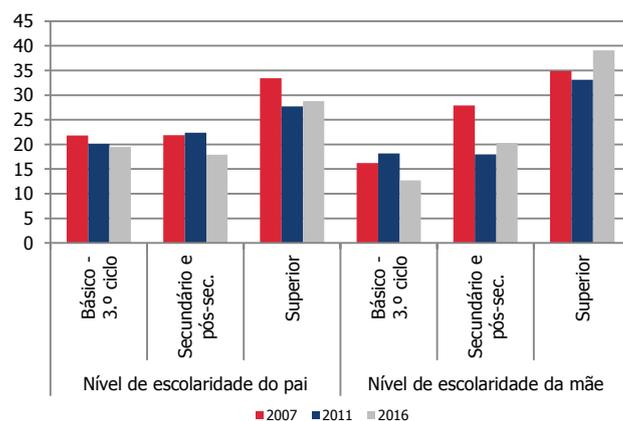
6. Transmissão intergeracional da educação

O nível de escolaridade da mãe, quando comparado com o do pai, tem maior impacto na probabilidade de uma pessoa ter ensino superior

O facto de a mãe ter um nível de escolaridade completo correspondente ao ensino superior tem uma relação mais forte, por comparação com o pai, com a probabilidade de os seus descendentes (dos 25 aos 44 anos) completarem também o ensino superior: em 2016, ter uma mãe com ensino superior aumentava, em média, em 39,1 p.p. a probabilidade de uma pessoa ter completado também o ensino superior (28,8 p.p., no caso do pai).

A relação entre o ensino superior da mãe e o ensino superior dos descendentes tornou-se mais forte entre 2007 e 2016, o mesmo não sucedendo em relação ao pai, nem para os outros níveis de ensino (do pai ou da mãe).

Gráfico 3: Variação na probabilidade (em p.p.) de completar o ensino superior por nível de escolaridade mais elevado completo da mãe e do pai



NOTA METODOLÓGICA

O Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) é um inquérito comunitário realizado pelo Instituto Nacional de Estatística sob as recomendações metodológicas do Eurostat. Tem como objetivo principal a análise da participação da população adulta em atividades de educação, formação e aprendizagem. É considerada a participação em qualquer tipo de atividade de aprendizagem, incluindo atividades de educação formal e não formal, bem como atividades de aprendizagem informal, nos 12 meses prévios à entrevista.

O IEFA 2016 constitui a terceira edição desta operação estatística, na sequência das que se realizaram em 2007 e 2011. Na operação estatística de 2016 foi inquirida a população residente com idade dos 18 aos 69 anos que vivia em alojamentos familiares de residência principal.

Ainda que a população alvo do inquérito europeu respeite às pessoas com idade dos 25 aos 64 anos, em Portugal foi alargado, numa base opcional, o âmbito etário de inquirição à população com idade dos 18 aos 24 anos e à população com idade dos 64 aos 69 anos.

A recolha de dados decorreu no período de Novembro de 2016 a Março de 2017. É um inquérito amostral, cuja informação foi recolhida diretamente nas unidades de observação – pessoas – através de um questionário registado em computador – Entrevista Presencial Assistida por Computador (CAPI).

O âmbito geográfico do inquérito refere-se a NUTS II (Continente, Regiões Autónomas do Açores e da Madeira). A amostra foi dimensionada a nível nacional. As estimativas foram obtidas através de uma amostra de 12 063 unidades de alojamento, a que corresponderam 14 211 pessoas no âmbito etário de referência (dos 18 aos 69 anos) com entrevista conseguida.

Para uma análise mais detalhada da metodologia seguida, sugere-se a leitura do documento metodológico do IEFA em: <http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1441>.

Principais conceitos:

Aprendizagem ao longo da vida: é um conceito que agrega a participação em alguma atividade de educação formal – ministrada em instituições de educação, conducente a um nível de escolaridade – e/ou não formal – atividade organizada de formação, profissional ou outra, numa dada área de competências, mas que não equivale a um nível de escolaridade.

Educação formal: educação ou formação ministradas em instituições de educação ou formação, em que a aprendizagem é organizada, avaliada e certificada sob a responsabilidade de profissionais qualificados. Constitui uma sucessão hierárquica de educação ou formação, na qual a conclusão de um dado nível permite a progressão para níveis superiores.

Educação não formal: formação que decorre normalmente em estruturas institucionais, devendo conferir um certificado de frequência de curso. Esta certificação não é, normalmente reconhecida, pelas autoridades nacionais, não permitindo a progressão na sucessão hierárquica de níveis de educação e formação.

Aprendizagem informal: formação que decorre das atividades da vida quotidiana relacionadas com o trabalho, a família, a vida social ou o lazer. Normalmente, tem lugar fora de estruturas institucionais, decorrendo num ambiente de aprendizagem que o aprendente (ou outra pessoa) pode organizar e estruturar livremente. Não confere certificação, embora as competências adquiridas por esta via possam vir a ser submetidas a processo de validação e certificação.

NOTA METODOLÓGICA SOBRE OS PRÉMIOS SALARIAIS

Os coeficientes que permitiram calcular os prémios salariais foram estimados através de uma regressão linear do logaritmo do rendimento aplicada em separado a cada uma das amostras do IEFA (2007, 2011 e 2016), considerando os ponderadores respetivos. A variável dependente é definida como o rendimento da atividade principal em 2007 (em escalões) e o rendimento por adulto equivalente em 2011 e 2016. O modelo aplicado em 2007 considera a probabilidade de o rendimento se encontrar em cada escalão, tomando em consideração os limites desse escalão. As regressões foram estimadas para os trabalhadores por conta de outrem a tempo completo. O conjunto de variáveis explicativas, para além das apresentadas, inclui ainda o escalão etário (variáveis binárias), a antiguidade do trabalhador (forma quadrática) e variáveis de controlo para o rendimento por adulto equivalente. As regressões são as básicas para o capital humano e não incluem a dimensão da empresa, o sector de atividade e a região. O grupo de comparação para os níveis de escolaridade é constituído pelos trabalhadores sem escolaridade.

NOTA METODOLÓGICA SOBRE TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA EDUCAÇÃO

A relação entre a escolaridade de uma pessoa e a escolaridade dos pais foi estimada através de um modelo Probit ordenado. O modelo estima a probabilidade da pessoa completar um determinado nível de escolaridade controlando para o seguinte conjunto de variáveis: escolaridade dos pais, condição perante o trabalho dos pais (empregado ou não) e grupo etário. O modelo foi aplicado a cada uma das amostras do IEFA em separado (2007, 2011 e 2016), considerando os ponderadores respetivos. Os resultados foram obtidos para os grupos etários 25-34 e 35-44 anos. Os valores apresentados representam a variação da probabilidade de completar cada um dos níveis de escolaridade, comparando com a probabilidade de não completar qualquer nível de escolaridade ou de não completar o nível básico.